

Na cela: considerações sobre sentidos inscritos em cartuns de Angeli

Francis Lampoglia
Lucília Maria Sousa Romão

Resumo: Ao contrário de outros textos opinativos marcados, no discurso midiático, pelo efeito de persuasão do leitor com base em argumentos fidedignos, os cartuns e as charges adotam a estratégia do riso como modo de fazer falar a caricatura, a crítica, a denúncia. Tomando tal afirmativa, esse artigo pretende, à luz da Análise do Discurso de matriz francesa e do conceito de dialogismo em Bakhtin, estudar o funcionamento discursivo de alguns cartuns de Angeli. Nosso corpus de análise é composto por trabalhos publicados no jornal Folha de S. Paulo em 2003 e 2007; interessa aqui flagrar o diálogo que eles estabelecem entre si, o modo como remetem um ao outro e a forma como entrecruzam um modo de falar da justiça em nosso país

Palavras-chave: discurso, cartum, memória.

Abstract: In the cell: considerations about attached senses in Angeli's cartoons. Unlike other critical texts marked, in the media discourse, by the effect of persuading readers with truthful arguments, cartoons and caricatures adopt the laughter's strategy as a way to make pictures, criticism and denouncement talk. Based on this statement, this paper aims to study the discursive functioning of some Angeli's cartoons from the French Discourse's Analysis and Bakhtin's concept of dialogism. Our corpus consists of works published in the newspaper "Folha de São Paulo" in 2003 and 2007. The interest here is to observe the dialogue established between them, how they refer to each other and the form they interweave a way of speaking about justice in our country.

Key words: discourse, cartoon, memory.

Na primeira parte desse trabalho, faremos um percurso teórico mobilizando as noções bakhtinianas de dialogismo e polifonia relacionando-as aos postulados de memória e sujeito discursivos na teoria da Análise do Discurso de filiação francesa.

Esse edifício teórico tem por base situar o nosso olhar para compreender o funcionamento discursivo de cartuns jornalísticos de Angeli, publicados no jornal Folha de S. Paulo em 2003 e 2007, nos quais flagramos marcas indiciárias de efeitos críticos em relação aos sentidos de justiça no país.

Dialogismo e polifonia: duas noções bakhtinianas

Segundo a teoria do dialogismo, todo texto dialoga com outros textos em uma rede textual onde vários fios se entrecruzam tecendo as possibilidades de significação; assim, não existe o significado de um texto isolado de outros, dado que os sentidos é construído pela retomada de algo que já foi dito antes em um texto anterior e exterior.

Dialogia está diretamente vinculada a outras noções que lhe são correlatas: fala de outrem, vozes diferentes, vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, ressonâncias dialógicas, multiplicidade de vozes, polifonia, interação verbal entre outras. (INDURSKY, 2000; p. 70).

Assim, o dialogismo apresenta-se como um princípio constitutivo da linguagem, já que é ele que sustenta os discursos e a possibilidade de dizer. “Em resumo, Bakhtin concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso” (BARROS, 2003; p. 2). Tomando a linguagem como prática dialógica sustentada pela relação de tensão, disputa, confronto entre diferentes vozes, Bakhtin abre espaço para que os discursos não sejam entendidos em si mesmos, estanques e fechados com a língua funcionando ao modo de um receptáculo neutro e objetivo, mas considera que

(...) as relações dialógicas, que implicam necessariamente o conceito de vozes, não podem ser reduzidas nem às relações lógicas, nem às relações psicológicas, nem às relações naturais ou mecânicas. Elas constituem uma classe específica de relações de sentidos, cujos participantes podem ser unicamente enunciados completos, ou vistos como completos, e por trás dos quais estão os sujeitos discursivos. (BRAIT, 2003; p. 25).

Dessa forma, a noção de dialogismo implica considerar, ainda, o modo como as vozes fazem falar lugares de classe na arena social e o modo como a assimetria é, imaginariamente, estabelecida entre elas, posto que há desigual distribuição de poderes na sociedade e litígios de sentidos que instalam o jogo do político.

O dialogismo em Bakhtin comporta uma dupla dimensão: por um lado, diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. E, nesse sentido, podemos interpretá-lo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. (GREGOLETO, 2005; p. 119)

E por falar em dialogismo, Bakhtin lança as bases do conceito de polifonia, ou seja, refere-se ao conjunto heterogêneo de vozes presentes em um enunciado, pois todo dizer é tecido por diversos fios discursivos, constituídos como vozes no seu interior, o que abre espaço para que os sentidos possam mudar vindo a ser outros.

É a partir desta ótica que a polifonia, como condição constitutiva da subjetividade, passa a testificar relações de coincidência entre vozes que povoam a enunciação, mas não pode testificar, divorciada das injunções históricas, as condições em que se produz o modo de 'reação da palavra à palavra', e as quais dotam o aglomerado de vozes que constituem a enunciação do sentido. (ZANDWAIS, 2005; p. 96)

Considerar a linguagem a partir da interação social, tomá-la em sua espessura histórica e social, observar as relações de poder inscritas no/pelo jogo da língua e, sobretudo, estabelecer o permanente trabalho do outro na constituição das palavras do enunciador: essas foram algumas das contribuições de Bakhtin para os estudos da linguagem.

Deste modo, para Bakhtin/Volochinov, a prática dialética de menção à palavra de outrem, como constitutiva de todo dizer, não se evidencia por seu caráter mostrativo, empírico, mas no jogo das relações de sentidos que atravessam a enunciação (...) passam, portanto, a desconstruir a evidência ou o acobertamento do fato de que o território não pode ser reduzido a fronteiras estruturais, ou a simples relações de pertencimento individual (...) (ZANDWAIS, op.cit.; p. 97)

Tais conceitos de Bakhtin (1978) foram pioneiros e abriram caminhos para a formulação teórica de outras correntes de estudos lingüísticos, dentre elas, a Análise do Discurso de matriz francesa, que sustenta a memória e a heterogeneidade como constitutivas do sujeito e do sentido, enfim, do discurso.

Memória e redes de filiação de sentidos: duas noções pechetianas

A Análise do Discurso de matriz francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux e Jean Dubois, em 1969, definiu o texto como materialidade do discurso (ORLANDI, 2001), sendo este último mais abrangente que o primeiro, dado pelas inúmeras possibilidades de produção histórica de sentidos e o jogo deles dentro de um discurso. Para além dos conceitos bakhtinianos de polifonia e dialogismo, a AD introduziu a idéia de interdiscurso, que é o saber discursivo sobre, a condição do dizível, isto é, o conjunto de vozes já ditas as quais constituem a discursividade. Ou seja, o conceito de interdiscurso é mais amplo que o da intertextualidade, pois o primeiro é pertencente à ordem da memória discursiva, o que difere-se do intertexto, que restringe-se ao relacionamento entre textos.

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é feito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome. (ORLANDI, 2005; p. 33-34)

A memória discursiva refere-se ao conjunto de dizeres já falados antes em outro lugar social e que o sujeito mobiliza a cada retomada de palavra. Para Mariani (1998; p. 40), a memória discursiva é

como estruturação de materialidade discursiva complexa, tensionada numa dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, frente a um texto aparecendo como acontecimento a ler, vem reavivar os ‘implícitos’ (ie, mais tecnicamente, os preconstituídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) necessários para sua leitura: a condição do lisível com relação ao próprio lisível.

E se estamos em um lugar teórico que parte do pressuposto de que algo fala antes em algum lugar, precisamos considerar que o sujeito não é a fonte originária de todos os sentidos que produz, mas que entretece, em sua voz, fios de uma imensa teia chamada interdiscurso. Para a AD, o sujeito é uma posição discursiva atravessada por sentidos já-dados pela memória discursiva e, ao mesmo tempo, o lugar em que se constrói a possibilidade de emergência de outros sentidos, já que o ato de enunciar dá-se na tensão de recuperar o já-lá, deslocando-o, rearranjando-o de um modo sempre outro (ROMÃO & PACÍFICO, 2006).

Assim, compreendendo a possibilidade de os sentidos serem plurais e de eles estarem em permanente jogo, inferimos que heterogeneidade e polifonia dizem respeito também ao modo como é possível pensar o sujeito do discurso. Atravessado por diversas redes de filiação de sentidos, habitado permanentemente por palavras que não são suas e capturado pela ideologia em uma dada posição, ele se inscreve como efeito do atravessamento de várias vozes, de sentidos já ditos exteriores materializados em outros lugares sociais, enfim, instala-s na língua como sujeito cindido, descentrado e dividido. “A polifonia descentra o sujeito, é possível compreender que uma enunciação polifônica pode materializar um embate entre diferentes relações e força que se estabelecem e podem ser apreendidas no funcionamento do discurso” (CAZARIN, 2005; p. 137).

O sentido das palavras produzido pelo sujeito depende da posição que ele ocupa, o que irá determinar o modo como ele é interpelado pela ideologia em um dado contexto sócio-histórico. Assim, o assujeitamento ideológico produz a evidência de certos sentidos, fazendo parecer natural que o sujeito filie-se à determinada formação discursiva e não a outra, tornando claro que ele “escolha” certas palavras relegando outras ao esquecimento.

Esse mecanismo de filiação ao já-dito e de interpelação ideológica são constitutivos do sujeito e nos remetem à noção de formação discursiva (FD).

De acordo com Pêcheux (1975; p.160), “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Interpelado em sujeito pela ideologia, o sujeito supõe escolher algumas palavras em vez de outras no momento de dizer, amarrando-se em um jogo de formações imaginárias em que tece uma representação para si mesmo frente ao seu interlocutor, para o outro a quem fala, para o objeto discursivo em jogo. Este mecanismo é denominado de antecipação e “faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir de seu próprio lugar de locutor, o que regula a possibilidade de respostas, o escopo do discurso” (ORLANDI, 2003: 26). As noções de interdiscurso, memória discursiva, sujeito, sentido, interpelação ideológica, formação discursiva e jogo de antecipação das formações imaginárias constituem a base teórica sobre a qual será construída a nossa análise a seguir.

A análise discursiva dos dados: o juiz na posição de preso

Interessa-nos aqui analisar discursivamente cartuns publicados no jornal Folha de S. Paulo, refletindo como a voz de Angeli faz falar efeitos de sentidos muitas vezes apagados ou silenciados nos editoriais e textos de opinião, subvertendo o que é dado como natural pelo efeito ideológico de evidências inscrevendo outro modo de dizer, no caso, marcando a prisão de sujeitos que, pelo acesso ao interdiscurso, sabemos poucas vezes terem ficado presos. Buscamos flagrar, então, que sentidos sobre justiça, prisão e cumprimento da lei são sustentados pela memória discursiva, como são deslizados nos cartuns, quais posição de dizer e de poder estão em jogo nas celas que ora apresentamos.

Escolhemos dois cartuns de Angeli, publicados no jornal Folha de S. Paulo em 2003 e 2007, que já instalam um diálogo na medida em que inscrevem juízes, vestidos como autoridade e municiados de símbolos de poder, dentro de celas do sistema penitenciário brasileiro que comumente abriga não-juízes. Sustentados pela memória discursiva, inferimos que a figura de um juiz é, regularmente, associada a um lugar de prestígio e poder, posto que este cargo é de difícil acesso e de autoridade inegável já que define se e como a lei foi (ou não) cumprida. Nos cartuns que se seguem, esta figura aparece longe da cadeira destacada nos tribunais que lhe permite fazer cumprir a lei, julgar os outros, dar sentenças sobre/para crimes; despossuído desse lugar social de poder, nos cartuns, o juiz ocupa a cela, instalando uma posição discursiva diferente daquela já dita e naturalizada como óbvia. O primeiro cartum foi publicado em 2003. Através da Operação Anaconda realizada pela Polícia Federal, foi desmontado um esquema de venda de sentenças

judiciais envolvendo o então juiz João Carlos da Rocha Mattos, que foi exonerado do cargo posteriormente por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em vista deste contexto, Angeli criou o cartum em que aparecem dois prisioneiros, sendo um deles vestido com indumentária de magistrado e segurando um martelinho, típico instrumento utilizado por juízes em tribunais. Ou seja, em outra cela, temos uma outra posição-sujeito.



Figura 1 - Cartum de Angeli extraído do jornal Folha de S. Paulo, 12/11/2003.

Percebe-se aqui, no traço imagético, da cabeça do ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos com destaque para o cabelo (em especial, para o topete) e o nariz. Sendo a caricatura uma forma de satirizar através do exagero de alguns traços físicos do retratado, os aspectos físicos tendem a corresponder a valores morais. *“A imagem da expressão fisionômica do caricaturado possibilita ao leitor uma perfeita união da caricatura presente na charge com o seu referente. Mas para que essa identificação ocorra, o leitor deve conhecer a personalidade caricaturada, ou mesmo o fato político a que se refere à charge.”* (ROMUALDO, 2000; p. 27-28). O nariz é especialmente retratado como desproporcional em relação ao rosto, o que remete aos estudos de Propp (1992; p. 53) que afirma que *“lembrar o nariz de um homem coloca-o numa posição ridícula, suscita a zombaria”*. Todos esses elementos visuais (nariz, topete, penteado) renegociam sentidos da memória discursiva já dados em outros contextos sobre a identidade do juiz e sobre a exposição dele nas fotografias e matérias jornalísticas. O dizer do companheiro de cela, um senhor de idade entre 40 a 50 anos, revela a semelhança entre o magistrado e um integrante da banda de rock *“Led Zeppelin”*. Ao afirmar: *“Épa, eu te conheço!”*, o sujeito marca que já vira aquela figura em algum momento no passado, sendo seguido por: *“Você não tocava no Led Zeppelin?”*, marcando o efeito derrisório de suposta semelhança entre dois famosos que tiveram seus rostos (e cabelos) muito expostos na mídia, qual seja, o integrante da banda de rock dos anos de 1970 e o ex-juiz.

Diante disso, a leitura dos sentidos que subjazem este cartum – exposição do rosto na mídia, ser famoso por razões diversas (no caso pela corrupção), tornar-se reconhecido por um traço físico muito repetido nos (tele)jornais – só é possível se o sujeito-leitor tiver acesso ao interdiscurso sobre o contexto dos anos 70 e à época em que as bandas de rock popularizavam-se. Os cabelos compridos e volumosos significavam marcas de rebeldia dadas pela contracultura, marcas estas que aqui são atualizadas não para repetir o efeito já-dado, mas para esburacá-lo, deslocando a rebeldia política de outrora para o campo da corrupção de hoje. A suposta semelhança física entre o ícone do rock e o juiz corrupto produzem o efeito derrisório de um diálogo materializado nos cabelos que figurativizam as duas celebridades em contextos diferentes, ontem e hoje.

Assim, o cartum faz falar o sentido de zombaria e gozação, apontando o estilo do penteado do juiz como ultrapassado, já que este tipo de cabelo, que fez sucesso no passado, hoje está fora de moda, o que remete a um plano de significação de algo falido, “*de-modê*”, já que o penteado, assim como a banda em questão, não têm mais o prestígio de antes. Isto significa considerar que hoje outros ícones fazem sucesso e por razões nada musicais. O companheiro de cela é representado como um homem que é capaz de associar a figura do juiz com a banda dos anos 70, já que reconhece “*Led Zeppelin*”. As vestimentas do homem na cela, com destaque para o paletó e camisa, aludem a um status social mais elevado que os presos comuns, seja por motivos de posses ou grau de escolaridade, o que nos remete à memória discursiva sobre o privilégio de prisão com cela especial para pessoas que se enquadram nessas condições. Outro dado que reforça esse efeito de privilégio é a quantidade de pessoas na cela, apenas duas, em contraposição a celas comuns sempre superlotadas com vários detentos amontoados. Embora rebaixado do cargo, o ex-juiz ainda sustenta a toga e o martelo, símbolos tidos como de prestígio, ocupando uma posição diferenciada em que pese o apego às facilidades e privilégios dados pelo cargo.

Cerca de quatro anos depois de deflagrada a Operação Anaconda, foi desencadeada a Operação Hurricane (furacão) pela Polícia Federal em abril de 2007, com a finalidade de investigar uma suposta quadrilha que negociava sentenças judiciais em favor de proprietários de bingos. Essa megaoperação, que envolvia bicheiros, advogados, empresários, policiais, organizadores do Carnaval do Rio de Janeiro, atingiu até mesmo os magistrados que julgavam as sentenças. Não iremos observar aqui as formas de nomear essas operações, visto que esse não é o nosso objetivo, mas observamos que nesse mecanismo há efeitos de memória que se inscrevem, no caso, marcando a fúria, a força e a destrutividade da operação na tarefa de sanear, por meio da prisão, irregularidades. Diante disso, Angeli produziu o cartum em que aparece um juiz em uma cela, fazendo inscrições na parede, o que instala mais um elo na cadeia que estamos construindo nesse trabalho.



Figura 2 - Cartum de Angeli extraído do jornal Folha de S. Paulo, 06/05/2007.

As paredes do cartum encontram-se pichadas com escritos e desenhos, fazendo falar a formação discursiva daqueles que ocuparam anteriormente a cela, ou seja, marcando o diálogo com outras vozes que ali estiveram com seus escritos. Os desenhos de revólveres, as balas e as caveiras remetem a efeitos de violência inscritos naquele local, implicando a agressividade com que os presos trataram suas vítimas e também aquela com que foram tratados. As imagens de mulheres seminuas com seus corpos traçados em posições sensuais instalam, por um efeito ideológico de evidência, a representação imaginária de afirmação sexual masculina já que *“homem que é homem tem que gostar de mulher”*. As pichações também remetem ao universo religioso, já que os símbolos da cruz e o prenome Jesus, além de gírias e escritos polissêmicos como *“matador da vila”* e *“galera do morro da cuíca”* marcam um modo de significar e inscrever os sujeitos que ali estiveram. Nas paredes da cela, são colocados em movimento símbolos de armas e caveiras, imagens de rostos masculinos e de mulheres sensualmente expostas, além de dizeres como *“Ramon El Cabron”*, que renegociam os sentidos de *“cabra macho”*, expressão nordestina que designa homem valente, masculinizado; enfim, de virilidade masculina.

Temos, por conta dessas pistas, um sujeito que difere do ocupante atual da cela, que é branco e magistrado, ou seja, que possui alto grau de instrução e um considerável poder aquisitivo, dados pela vestimenta, pelo domínio de língua estrangeira e pela corpulência de seus traços físicos. Além disso, inferimos que o efeito de contraste (presos comuns X juiz) também está posto na forma retilínea, regular e perfeccionista dos escritos do juiz, que se opõe à forma tida como irregular dos outros presos. Verifica-se que, na maioria dos escritos, há datas que revelam a época em que aqueles presos ali se encontravam, mostrando que, até então, só eram presos os pobres e tidos como criminosos comuns, como matadores e traficantes, mas nenhum magistrado havia passado por ali, acontecimento que só figurou no cenário no ano de 2007. O cartum coloca em discurso o ineditismo do caso, ou seja, algo que nunca acontecera antes na história do país, agora assemelha-se a um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1997).

A oposição entre os antigos ocupantes e o novo ocupante também é marcada pelo latim, língua utilizada no campo jurídico para exibir um determinado grau de cultura, além do esforço de remontar às origens do direito romano, base do direito brasileiro. A frase “*Dura Lex Sed Lex*”, expressão conhecida no meio jurídico como “*A lei é dura, mas é a lei*”. Tal dizer, ao modo de uma sentença de verdade, ironiza a situação em que o juiz se encontra, pois embora a lei seja rígida, deve-se obedecê-la. Observamos aqui a retomada do discurso jurídico especialmente do 5º artigo da Constituição Federal Brasileira na qual está escrito que “*todos são iguais perante a lei*”, inclusive o magistrado. Assim, o sujeito, na posição de juiz, sofre a ação de uma punição em função de crime ou infração à lei que ele tanto conhece, tanto julgou e tanto condenou em casos alheios, o que produz um efeito tanto derrisório quanto de denúncia.

Considerações finais

A trajetória traçada nesse artigo iniciou-se com uma breve explanação do conceito de dialogismo, polifonia e memória discursiva, seguida pela interpretação de trabalhos do cartunista Angeli em que são tecidos sentidos de/para os presos na cela, no caso, marcando o aprisionamento de juízes envolvidos em esquemas de corrupção. A relação (furada, ainda que provisoriamente) de poder inscreve-se na forma derrisória como o cartunista os instala em um lugar que, pelo mecanismo de naturalização dado pela ideologia, sempre fora ocupado por outros sujeitos, quais sejam, os presos comuns. O discurso dos cartuns promove a inversão de papéis e posições, destinando à cela que antes apenas destinava os outros a esse lugar. Observar, nos cartuns, esses movimentos de sentidos retomados, deslocados e rompidos compreende uma maneira de refletir sobre o modo como a linguagem é afetada permanentemente pela historicidade, como os sentidos migram em função da posição que o sujeito ocupa, como o diálogo e a memória sustentam os atos de linguagem, enfim, como a circulação de dizeres na trama midiática dialoga com sentidos já postos em funcionamento em outros contextos sócio-históricos.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (1978). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (2003). Dialogismo, polifonia e enunciação. IN: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. Diana Luz Pessoa de Barros e José Luiz Fiorin (orgs). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- BERGSON, Henri. (1991). *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Relógio d'água ed. Lisboa.
- BRAIT, Beth. (2003). As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. IN: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. Diana Luz Pessoa de Barros e José Luiz Fiorin (orgs). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- BRESSANIN, Alessandra. *Gênero charge na sala de aula: o sabor do texto*. Artigo apresentado no

4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. Santa Catarina, 15 a 18 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/8.pdf>. Acesso em 11/11/2007. C3%89LIO%20LIEBEL.pdf. Acesso em: 05/11/2007.

CAZARIN, Ercília. (2005). Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na Análise do discurso. IN: *Mikhail Bakhtin- contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Ana Zandwais (org). Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.

GREGOLETTO, Evandra. (2005). Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à Análise do Discurso. IN: *Mikhail Bakhtin - contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Ana Zandwais (org). Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.

INDUSRKY, Freda. (2005). A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. IN: *Mikhail Bakhtin - contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Ana Zandwais (org). Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.

MARIANI, Bethânia. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan.

ORLANDI, Eni Pulcineli. (2005). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes. 6ª ed. _____ . *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PECHEUX, Michel. (1997). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Ed. Campinas, SP: Pontes.

_____. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Editora da Unicamp.

PROPP, Vladímir. (1992). *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa, PACÍFICO, Soraya Maria Romano. (2006). *Era uma vez uma outra história: leitura e interpretação na sala de aula*. São Paulo: DCL.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. (2006). *O jogo da memória e a atualização de sentidos no discurso jornalístico*. Revista Letras, PUC-Campinas, Campinas, v. 25, nº 2, p. 9-22, jul./dez.

ROMUALDO, Edson Carlos. (2000). *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. Maringá: Eduem.

ZANDWAIS, Ana. (2005). Relações entre a filosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador. IN: *Mikhail Bakhtin- contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Ana Zandwais (org). Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.

FRANCIS LAMPOGLIA é graduanda do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), bolsista Iniciação científica FAPESP (07/59219-0).

francistchan@hotmail.com

LUCÍLIA MARIA SOUSA ROMÃO é Profª Drª do Curso de Graduação em Ciências da Informação e da

Documentação e do Programa de Pós-Graduação do Programa de Psicologia, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). É professora colaboradora do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista de Produtividade CNPQ.

luciliamsr@ffclrp.usp.br, luciliamsr@uol.com.br

*Texto recebido em setembro de 2009
e aprovado em março de 2010.*